

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e 2007

# Demonstrações financeiras

### em 31 de dezembro de 2008 e 2007

# Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10 - 38



**KPMG Auditores Independentes** 

Av. Almirante Barroso, 52 - 4º 20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil Caixa Postal 2888 20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel Fax Internet 55 (21) 3515-9400 55 (21) 3515-9000 www.kpmg.com.br

## Parecer dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Brasil PCH S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos o balanço patrimonial da Brasil PCH S.A. e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil PCH S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Anteriormente, examinamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas dessa Companhia e suas controladas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo os respectivos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas datado de 18 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, a Companhia e suas controladas adotaram, a partir de 1º de janeiro de 2008, os preceitos da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 na elaboração de suas demonstrações financeiras.

28 de janeiro de 2009

**KPMG** Auditores Independentes

CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

José M. Matos Nicolau

Contador CRC-RJ-42.216/O-7

# Balanços patrimoniais

# em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

		Contro	ladora	Conso	lidado			Contro	oladora	Conso	lidado
Ativo	Nota	2008	2007	2008	2007	Passivo	Nota	2008	2007	2008	2007
Circulante						Circulante					
Disponibilidades	5	54.221	27.339	74.869	78.215	Fornecedores		64	35	23.579	34.746
Ativos vinculados - BNDES	6	-		55.518	-	Obrigações trabalhistas e					
Contas a receber	7	-		17.381	-	previdenciárias		34	33	113	58
Impostos a compensar	8	1.666	1.441	3.934	5.442	Impostos e contribuições a recolher	14	38	617	3.024	2.108
Despesas antecipadas	9	15	35	2.158	4.033	Provisão para férias		7	67	219	148
Adiantamentos diversos		2	10	104	102	Outros passivos		-	-	553	-
						Financiamentos	15		<u> </u>	56.673	10.353
		55.904	28.825	153.964	87.792						
								143	752	84.161	47.413
Não circulante											·
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Despesas antecipadas	9	-	-	-	325	Exigível a longo prazo					
Adiantamento para futuro						Financiamentos	15	-	-	881.748	685.572
aumento de capital	11	27.722	-	-	-	Empréstimos	16	360.137	215.010	360.137	215.010
Depósitos judiciais	10			7.285	6.553	Dividendos a pagar	17	8.731	5.197	8.731	5.197
		27.722		7.285	6.878			368.868	220.207	1.250.616	905.779
Ativo permanente						Patrimonio líquido	17				
Investimentos	11	350.165	298.040	_	_	Capital social		109.032	109.032	109.032	109.032
Imobilizado	12	353	261	1.222.603	846.576	Reserva de capital		31.149	35.419	31.149	35.419
Intangível		120	106	122	109	Reserva de lucros		-	97	-	97
Diferido	13	74.928	38.275	90.984	156.385						
								140.181	144.548	140.181	144.548
		425.566	336.682	1.313.709	1.003.070						
		509.192	365.507	1.474.958	1.097.740			509.192	365.507	1.474.958	1.097.740

## Demonstrações de resultados

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

		Contro	ladora	Consoli	dado
	Nota	2008	2007	2008	2007
Receita operacional bruta					
Suprimento de energia elétrica		-	-	87.924	-
Deduções à receita operacional					
Vendas canceladas				(183)	
PIS		-	-	(1.450)	-
COFINS				(6.685)	
				(8.318)	
Receita operacional líquida				79.606	
Custo de operação					
Serviços de terceiros		-	-	(5.149)	-
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)				(2.111)	
Seguros		-	-	(3.169)	-
Depreciação e amortização				(11.191)	
				(21.620)	
Lucro operacional bruto				57.986	
Outras (despesas) receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais		(6.201)	(4.179)	(10.242)	(4.237)
Despesas financeiras	19	(19.308)	(12)	(50.025)	(12)
Receitas financeiras	19	4.529	6.014	7.445	6.014
Resultado da equivalência patrimonial		20.147	(58)		
		(833)	1.765	(52.822)	1.765
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(833)	1.765	5.164	1.765
Contribuição social		-	(164)	(1.641)	(164)
Imposto de renda			(432)	(4.356)	(432)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(833)	1.169	(833)	1.169
Lucro (prejuízo) por ação - R\$		(0,008)	0,011		
Quantidade de ações integralizadas		109.031.967	109.031.967		

# Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

		Reserva	Reser de lu			
	Capital social	de capital Ágio	Reserva legal	Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007	109.032	38.782	38	-	724	148.576
Reserva especial	-	-	-	724	(724)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.169	1.169
Destinações: Reserva legal	-	-	59	-	(59)	-
Dividendos de ações preferenciais		(3.363)		(724)	(1.110)	(5.197)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	109.032	35.419	97	-	-	144.548
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(833)	(833)
Absorção de prejuízo com reservas	-	(736)	(97)		833	-
Dividendos de ações preferenciais		(3.534)				(3.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	109.032	31.149				140.181

# Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(833)	(833)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros e atualizações monetárias sorbre empréstimos e financiamentos	19.096	49.583
Depreciação e amortização	2.177	13.368
Equivalência patrimonial	(20.147)	
Lucro ajustado	293	62.118
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em ativos vinculados - BNDES	-	(55.518)
Aumento em contas a receber	-	(17.381)
Redução (aumento) em impostos a compensar	(225)	1.508
Redução em adiantamentos diversos	29	354
Aumento em depósitos judiciais	-	(90)
Aumento (redução) em fornecedores	29	(11.167)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias	1	55
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	(579)	916
Aumento (redução) na provisão para férias	(60)	71
Aumento em outros passivos		553
Disponibilidades líquidas aplicadas nas		
atividades operacionais	(512)	(18.581)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital em sociedade controlada	(31.978)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em sociedade controlada	(27.722)	-
Aquisição de imobilizado	(147)	(221.962)
Aquisição de intangível	(46)	(49)
Aquisição de diferido	(713)	(15.865)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas		
atividades de investimentos	(60.606)	(237.876)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	88.000	88.000
Financiamentos obtidos	-	169.060
Financiamentos pagos	-	(1.873)
Juros sobre financiamentos pagos		(2.076)
Disponibilidades líquidas geradas pelas		
atividades de financiamentos	88.000	253.111
Aumento (redução) nas disponibilidades	26.882	(3.346)
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Disponibilidades no início do exercício	27.339	78.215
Disponibilidades no fim do exercício	54.221	74.869
	26.882	(3.346)

# Demonstrações das origens e aplicações de recursos

### Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
Origens dos recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	1.169	1.169
Itens que não afetam o capital circulante:		
Depreciação	75	81
Resultado da equivalência patrimonial	58	
	1.302	1.250
De acionistas		
Integralização de capital com bens e dinheiro	-	-
Ágio na subscrição e integralização de capital	-	-
Dividendos a pagar	5.197	5.197
	5.197	5.197
De terceiros		
Financiamentos a longo prazo	215.010	587.826
• .		
Total das origens de recursos	221.509	594.273
Aplicações dos recursos		
Aquisições de bens do imobilizado	88	596.559
Adições ao ativo diferido	38.275	86.085
Aplicações em investimentos permanentes em controlada	44.901	-
Redução do realizável a longo prazo	(9.075)	(10.258)
Dividendos declarados	5.197	5.197
Transferência de parcela de financiamentos a longo prazo para o circulante		10.353
Total das aplicações de recursos	79.386	687.936
Aumento (redução) do capital circulante líquido	142.123	(93.663)
Demonstração das variações no capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No fim do exercício	28.825	87.792
No início do exercício	68.336	342.556
	(39.511)	(254.764)
Passivo circulante		
No fim do exercício	752	47.413
No início do exercício	182.386	208.514
	(181.634)	(161.101)
	142.123	(93.663)
	172.123	(23.003)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

#### 1 Contexto operacional

A Brasil PCH S.A. foi constituída em 23 de março de 2005 e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., que participa com 99,99% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291 Mw.

A Brasil PCH tem como objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 31 de dezembro de 2008, nove das 13 controladas indiretas haviam iniciado suas operações, a saber: Funil Energia S.A., São Joaquim Energia S.A., Santa Fé Energética S.A., Carangola Energia S.A., Jataí Energética S.A., Bonfante Energética S.A., Irara Energética S.A., Calheiros Energética S.A. e Caparaó Energia S.A. a venda da energia gerada se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobrás/PROINFA.

Com relação às quatro PCHs restantes, a previsão para obtenção da autorização comercial é até o fim do primeiro semestre de 2009.

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

#### • Funil Energia S.A.

A PCH está localizada no Rio Guanhães, no Município de Dores do Guanhães, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 22,5 Mw, com investimento total de R\$90.882, e iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008.

#### • São Joaquim Energética S.A.

A PCH está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 21 Mw, com investimento total de R\$83.268, e iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### • Santa Fé Energética S.A.

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 30 Mw, com investimento total de R\$141.313, e iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008.

#### • Carangola Energia S.A.

A PCH está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 15 Mw, com investimento total de R\$60.813, e iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008.

#### • Jataí Energética S.A.

A PCH está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás, tem capacidade instalada de 30 Mw, com investimento total de R\$112.939, e iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008.

#### • Bonfante Energética S.A.

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 19 Mw, com investimento total de R\$90.902, e iniciou sua operação comercial em 1º de agosto de 2008.

#### • Irara Energética S.A.

A PCH está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás, tem capacidade instalada de 30 Mw, com investimento total de R\$116.115, e iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008.

#### • Calheiros Energia S.A.

A PCH está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 19 Mw, com investimento total de R\$78.585, e iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### • Caparaó Energia S.A.

A PCH está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dores do Rio Preto, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 4,5 Mw, com investimento total de R\$24.602, e iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008.

#### • Monte Serrat Energética S.A.

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 25 Mw, com investimento total de R\$130.081, e previsão para início de sua operação comercial até o fim do primeiro semestre de 2009.

#### • São Simão Energia S.A.

A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 27 Mw, com investimento total de R\$104.379, e previsão para início de sua operação comercial até o fim do primeiro semestre de 2009.

#### • Retiro Velho Energética S.A.

A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás, tem capacidade instalada de 18 Mw, com investimento total de R\$98.875, e previsão para início de sua operação comercial até o fim do primeiro semestre de 2009.

#### • São Pedro Energia S.A.

A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 30 Mw, com investimento total de R\$134.965, e previsão para início de sua operação comercial até o fim do primeiro semestre de 2009.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia e suas controladas adotaram as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória (MP) nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Dada a característica dos negócios da Companhia e de suas controladas, não houve ajustes com impacto no lucro líquido e no patrimônio líquido decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.

Conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, em seu artigo 7º, as demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2009.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia e suas controladas optaram por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008, que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado devem ser efetuados contra lucros ou prejuízos acumulados na data de transição nos termos do artigo 186, da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As alterações aplicáveis à Companhia e suas controladas decorrentes da adoção de tais instrumentos legais se resumiram: (i) na avaliação da necessidade de aplicação do cálculo do ajuste a valor presente de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e, se relevantes, de curto prazo; (ii) na mensuração de instrumentos financeiros; (iii) na opção do tratamento contábil a ser dado ao ativo diferido; e (iv) na avaliação do valor recuperável de ativos. Não houve ajustes que causassem impacto no lucro líquido ou no patrimônio líquido decorrentes dessas alterações.

#### b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização

#### c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para redução ao valor recuperável, a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração e contabilização de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas direta e indiretas revisam as estimativas e as premissas periodicamente.

#### d. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a receber e outros recebíveis e contas a pagar.

De acordo com as políticas de investimentos adotadas pela Companhia e suas controladas, os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, através do resultado, quando classificados como disponíveis para negociação, e pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, quando se tratar de empréstimos e recebíveis.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### e. Ativos circulante e não circulante

#### • Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme tratam o artigo 64, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, e a Instrução Normativa SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004.

#### Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

#### • Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos). A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alterada pela Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 15, de 24 de dezembro de 1997.

A Companhia e suas controladas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta nas Resoluções de autorização para estabelecimento como Produtores Independentes concedidas pela ANEEL a cada PCH, ao final do prazo dessas autorizações, caso não sejam renovadas, o valor residual dos bens será indenizado às Companhias.

#### • Diferido

Registrado ao custo de formação. Na controladora, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), a partir da data do início de suas operações, pelo prazo de dez anos. Nas controladas indiretas, registra as despesas pré-operacionais, e a amortização é calculada a partir da data do início de suas operações, pelo prazo de cinco anos.

A Companhia e suas controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### • Valor recuperável de ativos

O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente. Em 31 de dezembro de 2008, não houve indicação de desvalorização que requeresse a contabilização de provisão para ajuste destes ativos ao seu valor de recuperação.

#### f. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

#### g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados, respectivamente, com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia e suas controladas optaram por não adotar o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de imposto de renda e da contribuição social relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pela MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

### h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### 4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Brasil PCH S.A., as de sua controlada direta PCH Participações S.A. na qual a participação no capital é de 99,99% e as de suas controladas indiretas: Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A. e São Simão Energia S.A.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas (controladas direta e indiretas) e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

#### 5 Disponibilidades

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa	3	23	22	45
Bancos	9	6	933	1.467
Aplicações financeiras	54.209	27.310	73.914	76.703
	54.221	27.339	74.869	78.215

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, são lastreadas em CDBs e Debêntures de bancos de primeira linha, e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 101% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### 6 Ativos vinculados - BNDES

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2008 refere-se aos recursos recebidos pelas controladas indiretas decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. A conta é uma aplicação financeira, Fundo Real FI referenciado DI capital, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco Real, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administrador das contas. Esta conta só poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

	Consolidado
	2008
Funil Energia S.A.	10.072
São Joaquim Energia S.A.	7.322
Santa Fé Energética S.A.	15.674
Carangola Energia S.A.	4.626
Jataí Energética S.A.	6.528
Bonfante Energética S.A.	4.749
Irara Energética S.A.	4.427
Calheiros Energia S.A.	2.120
	55.518

#### 7 Contas a receber

O valor a receber registrado em 31 de dezembro de 2008 refere-se à venda de energia gerada pelas controladas indiretas da Companhia (PCHs) que iniciaram suas operações comerciais, líquida dos respectivos impostos retidos na fonte.

As PCHs registram o valor a receber referente à energia contratada pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Para a energia gerada no período compreendido entre a data do início dos testes das PCHs e a data de autorização para comercialização, as controladas firmaram contrato com a NC Energia S.A., com o objetivo de que esta seja sua agente representante perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

	Consol		
Empresa	NC Energia	Eletrobrás	Total
Funil Energia S.A.	-	2.002	2.002
São Joaquim Energia S.A.	-	1.858	1.858
Santa Fé Energética S.A.	-	3.621	3.621
Carangola Energia S.A.	-	1.341	1.341
Jataí Energética S.A.	-	2.651	2.651
Bonfante Energética S.A.	-	1.862	1.862
Irara Energética S.A.	-	2.513	2.513
Calheiros Energia S.A.	-	1.511	1.511
Caparaó Energia S.A	5	17	22
	5	17.376	17.381

### 8 Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Imposto de renda (i)	1.550	1.146	3.018	4.793
Contribuição social	116	295	462	524
ISS	-	-	159	-
Outros			<u>295</u>	125
	1.666	1.441	3.934	5.442

<sup>(</sup>i) Refere-se substancialmente à retenção de imposto de renda sobre aplicações financeiras, o qual será compensado com impostos a recolher em consequência de lucros tributáveis futuros.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### 9 Despesas antecipadas

Os prêmios de seguro a apropriar referem-se a:

- Seguro D&O;
- Seguro garantia de execução contratado para o projeto, tendo como beneficiário o BNDES, exigido para concessão de financiamento;
- Seguro de operação das PCHs Funil Energia S.A., São Joaquim Energia S.A., Santa Fé Energética S.A., Carangola Energia S.A., Jataí Energética S.A., Bonfante Energética S.A., Irara Energética S.A. e Calheiros Energética S.A.; e
- Seguro de responsabilidade civil (para todas as PCHs).

Os seguros são amortizados ao longo da vigência dos respectivos contratos.

### 10 Depósitos judiciais

Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos ora tomados por terceiros. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, linhas de transmissão e obras para uso público. De acordo com a posição dos advogados, não existem contingências passivas relacionadas a esses processos.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### 11 Partes relacionadas e investimento em controladas

Conforme já comentado na Nota Explicativa nº 1, a Brasil PCH S.A. detém o controle individual com 99,99% de participação da PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 99,99% de participação, as 13 PCHs.

#### • Movimentação dos saldos

	Contro	Controladora		
	2008	2007		
No início do exercício Aumento de capital em controlada Equivalência patrimonial	298.040 31.978 20.147	253.197 44.901 (58)		
No fim do exercício	350.165	298.040		

### • Informações da investida direta - PCH Participações S.A.

327.813
327.813.400
350.165
20.147
99,99%

2008

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### • Transações com controlada

As transações com empresas controladas foram realizadas em condições consideradas pela Administração como compatíveis com as de mercado nas datas das operações, e estão resumidas a seguir:

	Contro	ladora
	2008	2007
Ativo:		
Adiantamento para Futuro Aumento	27 722	
de Capital (AFACs) - PCH Participações S.A.	<u>27.722</u>	

### 12 Imobilizado

### a. Composição do imobilizado

		Controladora			
			_	2008	2007
Descrição	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	166	19	147	68
Maquinas e equipamentos	10	26	4	22	-
Computadores e periféricos	20	231	90	141	161
Instalações	10	50	7	43	32
		<u>473</u>	120	353	261

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

		Consolidado			
	Taxas anuais de depreciação		Depreciação	2008	2007
Descrição	%	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	11.378	_	11.378	6.866
Máquinas e equipamentos: (i)					-
Turbina, transformador,					
estrutura de tensão	2,50	144.264	1.656	142.608	_
Disjuntor, comando e	,				
transformador	3,00	22.908	324	22.584	-
Conduto forçado	3,10	105.235	1.710	103.525	-
Gerador, comporta, chave e	,				
transformador	3,30	89.150	1.375	87.775	-
Subestação unitária	3,60	525	11	514	_
Sistema de proteção de					
incêndio	4,00	413	8	405	_
Para-raios	4,50	1.445	32	1.413	_
Estrutura de tensão e					
comunicação	5,00	48.831	1.441	47.390	_
Sistemas de alimentação e ar					
condicionado	5,90	1.480	39	1.441	_
Outras máquinas e					
equipamentos	10,00	31	4	27	_
Móveis e utensílios	10,00	221	23	198	81
Instalações: (i)					
Casa de força, reservatório e					
barragem	2,00	302.330	3.014	299.316	-
Tomada d'água, urbanização e					
benfeitorias	4,00	17.116	314	16.802	_
Outras instalações	10,00	61	7	54	32
Computadores e periféricos	20,00	294	99	195	182
Imobilizado em andamento (i)	-	414.530	-	414.530	692.131
Adiantamentos fornecedores (ii)	-	72.448	-	72.448	147.284
` `					
		1.232.660	10.057	1.222.603	846.576

<sup>(</sup>i) Em 31 de dezembro de 2008, incluem o montante de R\$94.428 (R\$47.530 em 31 de dezembro de 2007), referente a juros capitalizados até a data do início das operações das controladas, incidentes sobre o financiamento obtido junto ao BNDES. Do valor de R\$94.428, R\$46.897 foram capitalizados durante este exercício.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(ii) Referem-se à compra de equipamentos que ainda serão instalados nas PCHs.

### b. Movimentação do custo

		31/12	/2007	Adições	30/12/2008
Móveis e utensílios			79	87	166
Maquinas e equipamentos			-	26	26
Computadores e periféricos			212	19	231
Instalações			35	15	50
			326	147	473
		Co	nsolidae	do	
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Trans	sferências	Saldo em 30/12/2008
Terrenos	6.866	4.512		-	11.378
Máquinas e equipamentos:					
Turbina, transformador, estrutura e					
condutor de tensão	-	35.244		109.020	144.264
Disjuntor, painel, mesa de comando					
e transformador	=	425		22.483	22.908
Conduto forçado	-	1.782		103.453	105.235
Gerador, comporta, ponte rolante e					
transformador de serviços auxiliares		1.448		87.702	89.150
Subestação unitária	-	429		96	525
Sistema de proteção contra incêndio	_	429		412	413
Para-raios	_	30		1.415	1.445
Estrutura de tensão e sistema de	_	30		1.413	1.443
comunicação	_	21.421		27.410	48.831
Sistemas de alimentação de energia		21.421		27.410	40.031
e de ar-condicionado	_	361		1.119	1.480
Outras maquinas e equipamentos		31		-	31
Móveis e utensílios	95	126		_	221
	,,,	120			221

Controladora

Saldo em

Saldo em

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Transferências	Saldo em 30/12/2008		
Instalações:						
Casa de força, reservatório e						
barragem	-	20.720	281.610	302.330		
Tomada d'água, urbanização e						
benfeitorias	-	557	16.559	17.116		
Outras instalações	35	26	-	61		
Computadores e periféricos	240	54	-	294		
Imobilizado em andamento	692.130	232.505	(510.105)	414.530		
Adiantamentos a fornecedores	147.283	66.339	(141.174)	72.448		
	846.649	386.011		1.232.660		

Em 31 de dezembro de 2008, o custo do ativo imobilizado inclui R\$115.908 referentes a gastos com os projetos das PCHs (controladas indiretas), que anteriormente vinham sendo apresentados no ativo diferido.

### 13 Diferido

A Companhia registra o diferido ao custo de formação, e a amortização é calculada conforme a data do início das operações das controladas indiretas, pelo prazo de dez anos.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Suas controladas indiretas registram ao custo de formação, e a amortização é calculada conforme a data do início das operações, pelo prazo de cinco anos. O saldo está representado como se segue:

	Controladora			Consolidado		
	2008	2007	2008	2007		
Encargos financeiros	77.018	38.275	77.018	38.275		
Despesas gerais	-	-	15.095	128.812		
Despesas tributárias	-	-	2.862	1.829		
Receitas financeiras			(600)	(12.081)		
	77.018	38.275	94.375	156.835		
Amortização acumulada	(2.090)		(3.391)			
	74.928	38.275	90.984	156.385		

Os encargos financeiros referem-se aos juros e atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia.

As despesas gerais incluem basicamente despesas administrativas, remuneração e encargos dos funcionários. Em 31 de dezembro de 2007, incluíam, também, gastos com o projeto das PCHs que no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificados para o imobilizado.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

## 14 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
IR retido de terceiros	35	19	250	88
ISS retido de terceiros	-	-	580	521
INSS retido de terceiros	3	-	616	746
PIS/COFINS/CSSL retidos de terceiros	-	1	205	113
IRPJ	-	432	843	432
PIS/COFINS sobre receitas	-	-	120	-
CSSL	-	164	218	164
TUSD	-	-	191	-
Outros		1	1	44
Total	38	617	3.024	2.108

### 15 Financiamentos

		Conso	lidado
	Indexador	2008	2007
BNDES:	(TJLP-6) + 3,5% a.a.		
Principal	(	815.582	648.395
Encargos		122.839	47.530
Total		938.421	695.925
Parcela de curto prazo		56.673	10.353
Parcela de longo prazo		881.748	685.572
		938.421	695.525

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em 13 de abril de 2006, as 13 PCHs, visando a buscar recursos para implementação do projeto, firmaram contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante atualizado de R\$817.455 (originalmente, R\$807.891), a uma taxa de juros sobre o principal da dívida de 3,5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A dívida (principal e juros) decorrente deste contrato deverá ser paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, com carência até outubro de 2008 (originalmente, junho de 2008) e cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Seguem-se os valores pactuados e os aportes concedidos pelo BNDES a cada PCH:

Empresa	Pactuado	Aportes	Encargos	Total
Bonfante Energética S.A.	60.653	60.653	9.833	70.486
Calheiros Energia S.A.	53.580	53.580	9.348	62.928
Caparaó Energia S.A.	12.413	12.413	1.673	14.086
Carangola Energia S.A.	41.543	41.543	7.294	48.837
Funil Energia S.A.	63.001	63.001	10.993	73.994
Irara Energética S.A.	79.850	79.850	12.888	92.738
Jataí Energética S.A.	79.523	79.523	11.704	91.227
Monte Serrat Energética S.A.	81.951	81.951	11.909	93.860
Retiro Velho Energética S.A.	50.391	50.391	8.187	58.578
Santa Fé Energética S.A.	91.847	91.847	15.471	107.318
São Joaquim Energia S.A.	54.788	54.788	8.732	63.520
São Pedro Energia S.A.	74.357	74.357	5.106	79.463
São Simão Energia S.A.	73.558	73.558	11.777	85.335
	817.455	817.455	124.915	942.370
Amortizações no exercício		(1.873)	(2.076)	(3.949)
Saldo devedor		815.582	122.839	938.421

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As garantias são conforme se segue:

#### a. Pela Brasil PCH S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pela PCH Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

#### b. Pela PCH Participações S.A.

- (i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar;
- (ii) Constituição da conta reserva especial vinculada ao que exceder as contas de reservas das beneficiárias, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. Estando as contas de reservas das beneficiárias preenchidas, a conta de reserva especial deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida acumulada para as 13 PCHs. As contas deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela beneficiária e aprovada pelo BNDES; e

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(iii) Não deliberar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, pelo prazo de 12 meses após a entrada de operação da última PCH e enquanto a conta de reserva especial não estiver preenchida durante todo prazo do contrato de financiamento.

#### c. Pelas Beneficiárias (PCHs)

- (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta das PCHs, se comprometeram em honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas até a quitação das obrigações junto ao BNDES;
- (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes contratos;
- (iii) Constituição de conta de reserva do serviço da dívida, proveniente da venda de energia à Eletrobrás, aberta em instituição financeira (Banco Real S.A.), que atuará como banco administrador de contas, indicada pela Companhia e aprovada pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida;
- (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação;
- (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida"; e
- (vi) Contratação de seguro garantia de execução do projeto, tendo como segurado o BNDES, com a finalidade precípua da realização das obras e conclusão do projeto financiado, que deverá ser mantido em vigor até a entrada em operação comercial plena do projeto.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### 16 Empréstimos

#### CCBs - Petros

		<b>Controladora</b>		Consolidado	
	Indexador	2008	2007	2008	2007
Cédulas de Crédito Bancário - CCB: IGH	P-M + 9,9% a.a.				
Principal		280.000	192.000	280.000	192.000
Encargos		80.137	23.010	80.137	23.010
		360.137	215.010	<u>360.137</u>	215.010
		Controladora		Consolidad	
		2008	2007	2008	2007
Parcela de longo prazo - CCB - Petros		360.137	215.010	360.137	215.010

Em 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$192.000, e em 28 de agosto de 2008, no montante de R\$50.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., que serão transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo de substituir a dívida de curto prazo contratada através de Notas Promissórias.

Essas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As garantias são conforme se segue:

- (i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do Contrato de Penhor celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras, a Eletroriver S.A., a BSB Energética S.A., a Jopelba S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A.; e
- (ii) Após o período de construção, deverá utilizar os valores por ela recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCH Participações S.A. (PCHPAR), preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com esta Cédula, nas datas de vencimento.

### 17 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2008 e 2007, subscrito e integralizado, está representado por 109.031.967 ações, sendo 94.187.831 ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 5.875.804 preferenciais classe A e 8.968.332 preferenciais classe B.

Ações preferenciais classe A: são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento dos dividendos fixos e cumulativos, além da prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, até o limite legal e serão resgatadas, a partir de 2015 até 2018, 25% da totalidade das ações, anualmente, com redução de capital e pelo preço de emissão dessas ações.

Ações preferenciais classe B: são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento dos dividendos fixos e cumulativos, além da prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, até o limite legal e serão resgatadas, a partir de 2014 até 2018, 20% da totalidade das ações, anualmente, com redução de capital e pelo preço de emissão dessas ações.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Segue-se composição do capital da Companhia:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Ações %	Quantidade de ações total
Petróleo Brasileiro S.A Petrobras	46.153.037	-	42	46.153.037
Eletroriver S.A.	20.306.456	-	19	20.306.456
Aragauaia Centrais Elétricas S.A.	11.999.270	-	11	11.999.270
BSB Energética S.A.	13.845.311	-	13	13.845.311
Jobelpa S.A. (*) (**)	1.883.757	4.329.540	6	6.213.297
Marthom S.A. (*)	-	3.092.528	3	3.092.528
A.A. Soluções - Cons. Emp. Ltda. (*)	-	1.546.264	1	1.546.264
Tinto Energetica Partic. Ltda. (**)		5.875.804	5	5.875.804
Total	94.187.831	14.844.136	100	109.031.967

<sup>(\*)</sup> Ações preferenciais Classe B.

#### b. Reservas

Reserva de capital

Refere-se à reserva de ágio na subscrição de ações da Companhia conforme AGE realizada em 4 de abril de 2006.

#### c. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos fixos e cumulativos conforme disposto no parágrafo 5º, do artigo 17, da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

<sup>(\*\*)</sup> Ações preferenciais Classe A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

De acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, os dividendos das ações preferenciais ("Remuneração do Capital") são calculados a partir da data de integralização das ações, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, aplicando-se a variação do número índice do IGP-M sobre o valor base das ações durante o semestre considerado, acrescida de encargos à taxa efetiva de 14% ao ano, calculados *pro rata temporis*, devendo os dividendos ser pagos até cinco dias úteis contados da data de encerramento do respectivo semestre, exceto pelo seguinte:

- Os valores apurados até 30 de junho de 2009 serão pagos, no caso das ações preferenciais classe A, a partir de 2015, quando do resgate das ações, e no caso das ações preferenciais classe B, 50% dentro de cinco dias úteis após o encerramento do semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e outros 50% a partir de 2014, por ocasião do resgate das ações;
- O pagamento de dividendos está condicionado à autorização do BNDES e à constituição da conta "Reserva Especial", conforme descrito na Nota Explicativa nº 15; e
- Em 31 de dezembro de 2008, o valor dos dividendos a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais classe A e classe B é de R\$8.731.

### 18 Contingências

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial.

Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia ou suas controladas em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### 19 Resultado financeiro

	Control	adora	Consolidado		
	2008	2007	2008	2007	
Despesas financeiras:					
Despesas bancárias	(207)	-	(426)	-	
Juros e atualizações monetárias sobre					
empréstimos e financiamentos	(19.096)	-	(49.584)	-	
Outras despesas	(5)	(12)	(15)	(12)	
	(19.308)	(12)	(50.025)	(12)	
Receitas financeiras:					
Rendimentos de aplicações em renda fixa	4.526	5.989	7.314	5.989	
Outras receitas	3	25	131	25	
	4.529	6.014	7.445	6.014	
Resultado financeiro	(14.779)	6.002	(42.580)	6.002	

#### 20 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### 21 Cobertura de seguro

#### Seguro D&O

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, no montante de R\$10.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

#### Seguro garantia

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, para obtenção de financiamento junto ao BNDES, contrataram cobertura de seguros no montante de até R\$807.891, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros que inviabilizem as obras ou o início das operações de cada PCH, considerando a natureza de suas atividades.

#### Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros no montante de R\$11.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### Seguro de operação

A controladas indiretas, a partir da data do início de suas operações, contrataram cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras e lucros cessantes, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Empresa	Danos materiais	<b>Lucros</b> cessantes	Total
Funil Energia S.A.	75.294	7.757	83.051
São Joaquim Energia S.A.	62.322	7.775	70.097
Santa Fé Energética S.A.	113.789	6.400	120.189
Carangola Energia S.A.	49.375	6.308	55.683
Jataí Energética S.A.	89.780	8.837	98.617
Bonfante Energética S.A.	80.975	5.599	86.574
Irara Energética S.A.	90.816	10.723	101.539
Calheiros Energia S.A.	67.176	1.494	68.670
	629.527	54.893	684.420

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*

#### Composição do Conselho de Administração

José Alcides Santoro Martins- Presidente Renato de Andrade Costa - Conselheiro Paulo Celso Guerra Lage - Vice-Presidente Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

#### Composição da Diretoria

Fernando Homem da Costa Filho - Diretor-Presidente Abelardo Martins de Mello - Diretor Financeiro e Administrativo José Guilherme Antloga do Nascimento - Diretor Márcio Barata Diniz - Diretor

#### Contador

Geuma Campos Nascimento CRC SP161851/O-6 S-RJ